

Feminicídio é palavra indigesta. Palavra-pedra que bicho-homem rola na boca e cospe. Apesar de ter sido usada politicamente pela primeira vez em 1976, quando a socióloga Diana Ross foi ao Tribunal Internacional de Crimes Contra Mulheres, na Bélgica, para defender um processo sobre mortes de mulheres nos Estados Unidos e no Líbano, a palavra tem sido elegantemente evitada, mesmo em países que, como o Brasil, adotaram a lei. Mas mulher morta – na literatura, na história, no jornalismo e nas memórias pessoais de tantas pessoas – é o que não falta.

Parece haver um consenso silencioso e torpe da gradação Homicídio>Mulher assassinada>Feminicídio. É que mulher morta faz parte da vida, como uma gripezinha ou um acidente de moto. Eu cresci ouvindo relatos de parentes, vizinhas, amigas de amigas que haviam sido mortas pelos maridos. Tudo narrado com uma mistura paradoxal de segredo (leia-se: medo) e naturalidade. E tudo contado sempre longe dos homens, que nessas horas estavam tomando cachaça na garagem à espera do almoço de domingo. Eu ficava dividida entre brincar no quintal com as outras crianças e ficar por ali, na cozinha, fingindo alguma ajuda para saber mais, entender mais, sentir menos medo.

A história que me marcou a minha infância, assim como as histórias de Andrea, Maria Luisa e Sarita marcaram Selva Almada (cf. *Garotas mortas*, 2018), foi a de uma prima mais velha que, depois de quatro anos de namoro e noivado, partiu feliz para uma lua de mel no Rio de Janeiro para nunca mais voltar. Quando isso aconteceu, eu era muito pequena e o assunto era coisa de adulto. Mas mesmo para as mulheres mais velhas, a narrativa escapava, era montada coletivamente por cada uma com algum detalhe descoberto ou imaginado – porque quando se trata de histórias silenciadas, o que não se sabe é preciso imaginar. E juntas, a cada domingo, elas repassavam um enredo que aos poucos perdia o ar de mistério e ganhava a gramática do terror. A prima teria morrido abandonada num quarto de hotel carioca, depois de ter sido estuprada e de ter o abdômen esfaqueado, a bexiga e o útero furados. Mas feminicídio é palavra mal digerida e até hoje nenhuma de minhas tias, nem mesmo minha mãe, tem coragem de dizer: foi assassinada. Dizem assim: foi encontrada morta. Nunca mais voltou.

¹ Professora do Magistério Superior na Faculdade de Letras da UFG. Pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística na linha de Estudos Culturais, Literatura Comparada e Narrativas Modernas e Contemporâneas com enfoque em escrita de mulheres. Email: tarsillacouto@ufg.br

O mesmo acontece entre intelectuais e nos jornais. A professora e filósofa Marilena Chauí, numa justa homenagem a Margarida Alves, escreveu em 22 de agosto de 1983 para o jornal Folha de São Paulo um texto que denunciava a morte de Margarida como o assassinato de líder sindical. É verdade que a lei do feminicídio, no Brasil, só veio a ser instituída sob o governo da presidenta Dilma Rousseff em 2015 (lei 13.104/2015). Mas a palavra feminicídio já existia no debate internacional acadêmico. De toda forma, anacronismo é coisa que faz pensar: se homicídio é considerado o crime por excelência; se homicídio é a eliminação da existência de um sujeito pela eliminação de seu corpo; se corpo é racializado e sexualizado, a morte de Margarida Alves não foi apenas o cala-boca de uma sindicalista. Tem um detalhe no texto de Marilena Chauí que chama atenção. Chauí menciona o fato de que Severino, o viúvo, estaria convencido de que “os assassinos cumpriram ordens de usineiros e fazendeiros locais de um engenho no qual o filho de um deles espancara uma velha lavradora aleijada e contra quem Margarida movera ação” (CHAUÍ, 2021, p.84).

Nascida em Alagoa Grande, na Paraíba, Margarida Alves, mulher racializada, entre grandes feitos pela luta dos trabalhadores, encontrou meios de processar um filho da casa grande. O recado veio a galope no dia 12 de agosto de 1983 quando Margarida Alves, na porta de sua casa, levou um tiro de escopeta calibre 12 no rosto. Tiro no rosto. Na porta da própria casa. Não se trata de uma execução qualquer. Ninguém ficou esperando flagrar Margarida desprevenida num lugar ermo para silenciá-la definitivamente. Um cadáver de mulher com o rosto arrebitado no território sagrado do lar transmite uma mensagem muito explícita, afinal Margarida trabalhou e lutou pelas causas da terra, do salário digno, da educação por décadas, mas só quando processou especificamente um violador de mulheres foi assassinada.

Não será demais ressaltar que não basta nomear para existir, feminicídio é palavra que precisa ser politizada, quantificada, mensurada economicamente. Pois esta é a questão: não se casa e nem se mata por amor. Quantas esposas não foram assassinadas porque, na folha de partida dobrada, a separação custaria muito dinheiro? Quantas Margaridas não foram assassinadas porque, como mulheres, desobedeceram duplamente a lei do capital, reclamaram direitos de classe e abandonaram o “teto todo seu” debaixo de onde nunca deveriam ter saído para atrapalhar os negócios de homens? Margarida Alves também foi Marielle Franco e foi Mãe Bernadete – mulheres que não admitiram a ideologia da biologia como destino, que não aceitaram terem seus corpos reduzidos à fabricação de mão de obra gratuita para o mercado.

Reivindicar direitos reprodutivos, aliás, é outro motivo que justifica feminicídio. Afinal, para que serve uma mulher? A contra face dessa cobrança está no descarte de mulheres em idade improdutiva ou no descarte de corpos feminizados à revelia da designação sexual feita pela família, pela religião ou pela medicina. Qualquer borrão nos quadros binaristas que sustentam a sociedade patriarco-capitalista eurocentrada não será tolerado. Há muitos exemplos literários dessa “necropolítica” em que o Estado não precisa agir diretamente para ter seus interesses garantidos. A família, a igreja, a escola, a mídia funcionam com eficiência quando se trata de fornecer os conteúdos ideológicos à comunidade a fim de que a máquina não se desestabilize. Tem um conto que sempre me impressionou muito talvez porque eu nunca o tenha entendido direito. Estudar o feminicídio me trouxe outras lentes para o exercício da crítica literária. Trata-se da narrativa “Nhola dos anjos” escrita pelo meu conterrâneo, excelentíssimo narrador dos Ermos e Gerais (1944), Bernardo Élis.

Nessa história, dá-se que o rio Corumbá sobe de supitar para as margens e arrasar plantações numa região goiana já muito carente. A cheia do Corumbá leva arrasta também a palhoça onde viviam Nhola dos Anjos já com seus oitenta anos, seu filho Quelemente e seu neto menino sem nome. A primeira reação do filho é deixar o rancho rodar e colocarem-se os três na segurança de uma jangada improvisada de buritis. O rio roncava sua fúria e a noite era feito um grande cadáver. A jangada roda aos solavancos e derruba Nhola na água infernal. Ela usa todas as forças impossíveis para sua idade na tentativa de se prender à jangada com apenas uma mão. Então “Quelemente notou que aquele esforço da velha estava fazendo a embarcação perder estabilidade”. Nesse momento o narrador nos faz respirar o medo junto com Quelemente. “Ela já estava quase abaixo das águas”. “A velha não podia subir”. “Não podia” (ÉLIS, 2005, p.10). Vamos desesperando junto com Quelemente. Até que ele resolve se livrar da mãe com dois coices para recobrar o equilíbrio da jangada. Eu sempre me perguntei “por que?” Por que um filho se livraria da mãe na primeira dificuldade? E Bernardo Élis não perdoa, acrescentando uma revelação cruel: eles – as três personagens e a jangada – estavam no raso. Não era preciso matar a mãe. Na fortuna crítica de Bernardo Élis, nenhum leitor nunca negou a ironia perversa desse final de narrativa. Mas ninguém nunca atinou para a matemática feminicida de Quelemente.

Essa matemática sustenta aquilo que Silvia Federici chama de

condições sociais e históricas nas quais o corpo se tornou elemento central e esfera de atividade definitiva para a constituição da feminilidade. Nessa linha, Calibã e a bruxa mostra que, na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho. Nesse sentido, é bem merecida a importância que adquiriu o corpo, em todos os seus aspectos – maternidade, parto, sexualidade – tanto dentro da teoria feminista quanto na história das mulheres (FEDERICI, 2017, p. 34).

Na contemporaneidade da literatura brasileira, após a publicação da lei 13.104/2015, o romance *Mulheres empilhadas* (2019), escrito por Patricia Melo sob encomenda, tem sido tomado como objeto de referência nos estudos da representação do feminicídio. Não é à toa, pois nele, há diferentes tipos de agressões perpetradas contra mulheres: a personagem principal é advogada e vive uma relação abusiva com o namorado; sua mãe foi assassinada por seu pai quando ela era ainda criança e a memória disso a assombra na vida adulta; como advogada ela é convocada a trabalhar numa força tarefa para aceleração e finalização de processos de feminicídios de mulheres indígenas; na capital do Acre, Rio Branco, a advogada vai enfrentar todo tipo de dificuldade jurídica e outras “forças obscuras”, que eu chamaria de milícia das capitâneas hereditárias, para solucionar o caso da menina Txupira – morta depois de ter sido embriagada, estuprada e ter seu útero dilacerado pela inserção de cacos de vidro. Da violência doméstica ao assassinato recreativo, o romance faz pensar: eu consigo explicar o assassinato de uma mulher por seu marido, ciúme é uma coisa que a gente aprende lendo literatura, vendo nossos pais, familiares e amigos praticarem com afinco; mas por que matar aleatoriamente uma menina indígena que estava atravessando um campo para voltar pra sua aldeia?

Não seria exagero afirmar que o assassinato de Txupira inscreve em seu corpo aquilo que Rita Laura Segato chama de “mensagem expressiva”, ou seja, seu corpo de menina indígena violado, esfaqueado e morto diz: “essas terras, ainda que destinadas aos povos originários pela constituição de 1988 possuem donos antigos, somos donos e senhores dessas terras assim como dos corpos que nela habitam”. Os remetentes dessa mensagem são, claramente, os grandes proprietários de terra que transmitiram a seus filhos não apenas uma extensa e ilegal propriedade territorial como também ideias, conceitos, imagens, narrativas, exemplos que eles, como filhos herdeiros, assimilaram para manter o controle sobre seus bens. A arte da ficção não está distante de tantos casos reais que apresentei aqui na introdução deste ensaio. O romance de Patricia Melo

é didático ao figurativizar a tese de Rita Laura Segato de que todo feminicídio é portador de uma mensagem (2018, p. 35-60; p. 229).

Existem ainda outros textos contemporâneos que permitem esse tipo de reflexão na qual o corpo de uma mulher assassinada pelo simples fato de ser mulher participa de uma ampla rede de comunicação social cujas mensagens variam entre “não desobedeça” (pensando que o receptor é formado pelo grupo de corpos feminizados) e “você tem nosso apoio” (quando o grupo receptor é composto pelos sujeitos mobilizados pelos princípios da virilidade, da guerra, do poder). O romance *Corpo interminável* (2019) de Claudia Lage, por exemplo, conta a história de Daniel, filho de uma mulher que lutou contra o regime ditatorial brasileiro instaurado em 1964. Ela engravidou durante a militância e assim que deu a luz teve seus filhos tirado de si e foi sequestrada pelo braço armado do estado ditatorial. A criança foi entregue ao avô que nunca ajudou o neto a ter uma memória viva da mãe. O corpo interminável do título é esse corpo interminável de uma pessoa que foi assassinada mas não foi enterrada por seus afetos, amores, familiares. É o corpo interminável de uma memória que, não podendo ser resgatada, precisa ser inventada cotidianamente, com lacunas, com traumas, com raiva, com soluços, impotência e saudade. Nesse caso o feminicídio não é nomeado nem como assassinato, mas a mensagem é claríssima: a força armada do estado não apenas mata como deixa o filho vivo como advertência permanente de que tudo pode ser muito pior.

Os romances *Sorte* (2019) de Nara Vidal e *Carta à rainha louca* (2019) de Maria Valéria Rezende contam histórias distintas, mas compartilham o contexto de ponto de partida, qual seja o destino de mulheres que se deixaram seduzir antes do casamento e são encaminhadas para instituições católicas coordenadas por freiras onde poderão parir seus filhos sem manchar os nomes de suas famílias. A questão é que, parindo, precisam desocupar os leitos dos conventos e ao lermos “depois do parto morrem de tristeza ou são abandonadas” podemos interpretar como um tipo de atentado à vida dessas mulheres. Um atentado, dois atentados, três e assim indefinidamente durante toda a história colonial do Brasil. Podemos interpretar esses conventos como pequenos, contritos e devotos campos de concentração em que mulheres eram mortas em nome de deus, da sociedade de bem e da família.

Nesses romances escritos por mulheres, temos que os remetentes das mensagens (leia-se os autores dos feminicídios) foram, em momentos históricos distintos, os latifundiários, a força armada do estado ditatorial e a igreja. A força armada do estado ditatorial é uma instituição repressiva do estado, uma estrutura de poder que opera

abertamente pela violência. Como denominar então estruturas como “proprietários de latifúndio” e a Igreja Católica. Em 1970, o filósofo marxista chamou instituições como Igreja, Escola e família de aparelhos ideológicos do estado. Isso nos ajuda a aprofundar a leitura de que todo feminicídio é uma mensagem do Estado à sociedade civil. Mas a concepção de ideologia de Althusser é por demais esvaziada de historicidade para dar conta de um problema que depende da ampla compreensão do que é nascer e morrer dentro de países, como os de África e da América Latina, cujo ferida colonial está aberta.

Ainda que Rita Laura Segato faça a distinção entre feminicídio de foro íntimo e de ordem pública, acredito que levando em consideração que a educação perpetrada por instituições como igreja, família, cinema, novela de tv, indústria pornográfica, escola, práticas esportivas etc etc, para a violência e contra corpos feminizados, não seria absurdo levantar a hipótese de que os crimes de gênero domésticos são ramificações não-controladas ou não-previstas da máquina de guerra que o estado criou para manter o tecido social conforme o desenho mais conveniente para cada situação geo-político-econômica. Feminicídio de natureza privada, pai que mata mãe, marido que mata as filhas porque se sentiu traído, ex-marido que não aceita separação também mandam mensagem.

Toda minha pesquisa sobre a presença do feminicídio na literatura brasileira, que começou em 2019 (muito recente, portanto), tem buscado contribuir para uma reflexão sobre a violência contra corpos feminizados como dispositivo de manutenção do capitalismo, do patriarcado e da herança colonial. Nesse sentido, a misoginia, o machismo e a violência de gênero não podem ser considerados bens democraticamente distribuídos e muito menos características exclusivas da personalidade masculina.

REFERÊNCIAS

AMADA, Selva. Garotas mortas. Trad. Sergio Molina. São Paulo: Todavia, 2018.

CHAUÍ, Marilena. “O assassinato de Margarida Alves” in: Sobre a violência. Escritos de Marilena Chauí. Org. Ericka Marie Itokazu e Luciana Chauí-Berlinck. V.5. Belo Horizonte: ed. Autêntica, 2021. pp. 83-84.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.).

Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357-369.

ÉLIS, Bernardo. “Nhola dos Anjos e a cheia do Corumbá” in: Ermos e Gerais. São Paulo: Martins Fontes, 2005. pp. 3-12.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FELMAN, Shoshana. O inconsciente jurídico: julgamentos e traumas no século XX. Trad. Ariani Bueno Sudatti. São Paulo: Edipro, 2014.

GAGO, Verônica. A potência feminista. Trad. Igor Peres. São Paulo: ed. Elefante, 2020.

GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afro-latino-americano. In: Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Org. Heloísa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOOKS, bell. Teoria feminista: da margem ao centro. Tradução: Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HUERTA, Rosa. Escribir contra el silencio. In: HUERTAS, Rosa. Mujeres de la cultura. Madrid, España: Anaya Infantil y Juvenil, 2019. p. 48-53.

LAGE, Claudia. O corpo interminável. Rio de Janeiro: Record, 2019.

LAURETIS, Teresa de. “A tecnologia do gênero”. Trad. Suzana Funck. In: Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Org. Heloísa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LERNER, Gerda. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 58-91.

MACHADO, Lia Zanotta. “Femicide: nommer pour exister”. In: <http://journals.openedition.org/bresils/5576>; DOI: <https://doi.org/10.4000/bresils.5576>.

MELO, Patricia. Mulheres empilhadas. São Paulo: Leya, 2019.

PERROT, Michelle. O corpo feminino em debate. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (org.). Os silêncios do corpo da mulher. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 13-27.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Em busca da história não contada ou: o que acontece quando o objeto começa a falar?. Letras, Santa Maria, RS, n. 16, p. 183-196 jan./jun. 1998.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Para além do dualismo natureza/cultura: ficções do corpo feminino. Organon, Porto Alegre, v. 27, n. 52, p. 1-20, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/33480>. Acesso em: 8 set. 2022.

SEGATO, Rita Laura. La guerra contra las mujeres. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

VERGÈS, Françoise. Um feminismo decolonial. Tradução: Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VERGÈS, Françoise. Uma teoria feminista da violência. Trad. Raquel Camargo. São Paulo: Ubu editora, 2021.

VICENTINI, Ana Maria. Mudar a referência para pensar a diferença: o estudo dos gêneros na crítica literária. Cadernos de pesquisa, São Paulo, n. 70, p. 47-52, ago. 1989.

VIDAL, Nara. Sorte. Belo Horizonte: Moinhos, 2018.

XAVIER, Elódia. Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.